





ARTICULAÇÕES ENTRE REGIMES DE INFORMAÇÃO E SOCIOMATERIALIDADE: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE PROCESSOS ORGANIZATIVOS

Articulations between information regimes and sociomateriality: perceptions from the analysis of organizational processes

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento
de Biblioteconomia,
Vitória, ES, Brasil
lucileide.nascimento@ufes.br
<https://orcid.org/0000-0001-8176-5301> 

Edma Jantorno
Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
edma.jantorno@ufes.br
<https://orcid.org/0000-0002-6411-0853> 

Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento
de Arquivologia,
Vitória, ES, Brasil
maira.grigoletto@ufes.br
<https://orcid.org/0000-0002-0301-0090> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discute possibilidades de aproximação teórica entre regimes de informação e sociomaterialidade nas análises de ambientes organizacionais e informacionais no campo da Ciência da Informação, dois modelos teóricos oriundos de uma das abordagens da Teoria Ator-Rede desenvolvida por Bruno Latour, um pensador com consolidada contribuição nos estudos organizacionais, em outros campos científicos e na Ciência da Informação. Observa na análise de regimes de informação os objetos e os elementos não humanos como atores simetricamente constituintes do ambiente organizacional. A originalidade da pesquisa encontra-se na utilização da sociomaterialidade à análise de elementos que constituem regimes de informação, uma abordagem teórica ainda pouco analisada junto à literatura da área.

Método: Utiliza pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica.

Resultado: Dados os diferentes contextos de produção dos modelos teóricos articulados, ambos se aplicam no campo dos estudos organizacionais para análises de problemáticas relacionadas aos ambientes, às práticas, às relações e aos fluxos de informação em organizações, o que permite perceber alguns aspectos de aproximação: o reconhecimento dos agentes constituintes dos processos organizativos, as dificuldades de demarcação de limites ou fronteiras entre humanos e não humanos e a observação do ambiente organizacional e informacional considerando os processos organizativos.

Conclusão: A pesquisa demonstra como, nas ações de informação, o social, o técnico, a tecnologia e o político são ontologicamente inseparáveis e definem as formas e espaços materiais, seja por meio da sociomaterialidade e/ou do modo preferencial de produção de informação nos processos organizativos, sempre situacionais e relacionais, que produzem o regime de informação dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Regime de Informação. Sociomaterialidade. Teoria Ator-Rede (TAR). Artefatos. Processos organizativos.

ABSTRACT

Objective: It discusses possibilities of theoretical approaches between information regimes and sociomateriality in the analysis of organizational and informational environments in the field of Information Science, two theoretical models originating from one of the Actor-Network Theory approaches developed by Bruno Latour, a thinker with a consolidated contribution in our organizational studies, in other scientific fields and in Information Science. Observe objects and non-human elements in the analysis of information regimes as symmetrically constituent actors of the organizational environment. The originality of the research lies in the use of sociomateriality to analyze specific elements of information regimes, a theoretical approach that has not yet been proven in the literature in the area.

Method: It uses exploratory research, with a qualitative approach, operationalized from bibliographical research.
Result: Given the different contexts of production of the articulated theoretical models, both are applied in the field of organizational studies to analyze problems related to environments, practices, relationships and information flows in organizations, which allows us to understand some aspects of approximation: the of the constituent agents of organizational processes, the difficulties of demarcating limits or recognition between humans and non-humans and the observation of the organizational and informational environment considering organizational processes.

Conclusion: The research demonstrate how in information actions, the social, technical, technology and political are ontologically inseparable and define as material forms and spaces, whether through sociomateriality and/or the preferred mode of information production in organizational processes, always situational and relational, which produce the dominant information regime.

KEY-WORDS: Information regime. Sociomateriality. Actor-Network Theory (ANT). Artifacts. Organizational Processes.

1 INTRODUÇÃO

As abordagens conceituais e analíticas sobre regimes de informação discutem a dinamicidade e mutabilidade dos contextos das ações de informação como um fator essencial à análise de novas problemáticas e ou perspectivas em múltiplos contextos, incluindo o organizacional. Na atualidade compreende-se que essas abordagens valorizam dimensões espaço-temporais, relacionais, situacionais e materiais. A dimensão material ou da cultura material remete às tecnologias e aos objetos (dispositivos e artefatos) representativos das mediações tecnológicas que modelam as ações de informação e as novas formas de sociabilidade (González de Gómez, 2020). A materialidade (dos não humanos) compõe e influencia a atividade organizacional.

Sobre as tecnologias e respectivas mediações que promovem, observa-se que exercem influência significativa e estrutural, enquanto técnica, nos espaços informativos e na atualidade, produzem novas questões sobre as relações e a influência que estabelecem nos contextos locais e nos ambientes digitais. Essas questões dizem respeito aos novos papéis dos sujeitos ou agentes nas ações de informação e às possibilidades de novos reconhecimentos ou leituras das condições contextuais nesses espaços informativos (González de Gómez, 2020).

Utilizamos para a abordagem uma narrativa híbrida, oriunda da Ciência da Informação e dos estudos organizacionais no campo da Administração, ao tratar de humanos e não humanos entendendo que certos contextos podem demandar abordagens em mais de uma área ou campo, cuidando-se nesses casos de observar as relações estabelecidas. Entendemos também que nos processos contemporâneos de trabalho lidamos com ambientes híbridos, sejam locais ou presenciais e virtuais ou digitais, que propiciam processos de interação mediados parcial ou integralmente por artefatos eletrônicos ou digitais. Um grande arranjo de ferramentas, objetos e artefatos, tecnologias, espaços (não humanos) e corpos humanos etc.

Nesta pesquisa lidamos com três objetivos: a) discutir possibilidades de aproximação teórica entre regimes de informação e a sociomaterialidade nas análises de ambientes organizacionais e informacionais no campo da Ciência da Informação, reconhecendo que existem esforços para estudá-los em sua interconexão, assimetrias e articulação (Tureta; Alcadipani, 2009; Santos; Silveira, 2015); b) observar na literatura pesquisada os objetos e elementos não humanos como atores simetricamente constituintes do ambiente organizacional; c) demonstrar por meio dos modelos teóricos articulados como nas ações de informação o social, o técnico e o político são ontologicamente inseparáveis definindo as formas, a materialidade, a sociomaterialidade e o modo preferencial de produção de informação nos processos organizativos. Entendemos que esses processos são sempre situacionais e relacionais e produzem o regime de informação dominante (González de Gómez, 2002, 2019).

A discussão apresentada foi realizada a partir de pesquisa do tipo exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica. Nas seções a seguir caracterizamos a emergência da discussão de regimes de informação e da sociomaterialidade enfatizando as respectivas vinculações com a Teoria Ator-Rede (TAR).

2 A NOÇÃO DE REGIMES DE INFORMAÇÃO E AS VINCULAÇÕES COM A TEORIA ATOR-REDE (TAR)

Na década de 1980, alguns pesquisadores como Michel Callon, Bruno Latour e Jhon Law, dentre esses destacando-se Bruno Latour, com o intuito de contribuir com os estudos de ciência, tecnologia e sociedade, desenvolveram a Teoria Ator-Rede (TAR), um aporte teórico-metodológico também chamado sociologia das associações e caracterizado especialmente pela ideia de simetria entre elementos materiais e imateriais. Para a Teoria Ator-Rede, elementos humanos e elementos não humanos (objetos, artefatos e dispositivos), suas propriedades e relações, competências e agrupamentos (Latour, 1994) fazem parte das construções naturais e sociais do nosso mundo e aos estudos científicos atribui-se a sensível tarefa de descrever e explicar como esses elementos se organizam e se relacionam, ora se distanciando, ora se reunindo em múltiplos arranjos e constituindo sistemas em redes.

No campo da Ciência da Informação emergiram releituras abordadas principalmente por Frohmann e González de Gómez para cunhagem da noção de regime de informação

(Wilke; Jardim, 2006) nas quais a densa produção teórica de González de Gómez, iniciada na década de 1990, foi influenciada pela filosofia de Bruno Latour e Michel Foucault e pelos diálogos com Bernd Frohmann e Sandra Braman (Alves; Bezerra, 2019).

Segundo González de Gómez (2019), a apropriação do conceito de regime de informação nos estudos sobre informação foi anunciada primeiramente por Frohmann em 1984 e desenvolveu-se a partir das bases analíticas e metodológicas da Teoria Ator-Rede (TAR) sistematizada por Latour e da influência de Foucault, em especial sobre a atenção que firmava às relações de poder (González de Gómez; Chicanel, 2008). Assim, Frohmann (1995) apoiou seus estudos no trânsito informacional, observando processos e práticas desenvolvidas na relação entre os elementos (humanos e não humanos) de uma rede, conforme explicita a TAR. E na direção de Foucault evidenciou os artefatos tecnológicos, estruturas que configuram os dispositivos de poder e se efetivam na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos (Bezerra *et al.*, 2016).

O regime de informação a partir de Frohmann trata de forma mais abrangente dos estudos sobre políticas de informação, pois contempla as relações existentes na rede (grupos sociais, interesses, discursos, artefatos científicos e tecnológicos) e os processos de estabilização de conflitos entre eles (Magnani; Pinheiro, 2011). Frohmann (1995) também amplia as discussões no âmbito da Ciência da Informação quando retrata o fluxo existente nas redes pela ótica da produção (produtores específicos), disseminação (via estruturas organizacionais específicas) e uso (consumidores específicos) da informação. Assim, definiu regime de informação como:

[...] um sistema ou rede, mais ou menos estável, no qual informação flui através de determinados canais – dos produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos. A difusão por rádio e TV, os distribuidores de filmes, as publicações acadêmicas, as bibliotecas, os fluxos de dados trans-fronteiriços [sic], a emergente infovia: todos são nós de redes de informação ou elementos de um regime de informação específico (Frohmann, 1995, p. 4).

É certo que o Estado é reconhecido como um importante produtor de informação para os diversos setores da sociedade e que sua autoridade o determina responsável pela elaboração de políticas que apoiam o exercício da governabilidade. No entanto, no desenvolvimento de estudos sobre regimes de informação, Frohmann (1995) criticou a atuação restrita das políticas de informação (que se encontravam substancialmente atreladas às políticas estatais) e defendeu a necessidade de enfatizar outros contextos,

pois, segundo ele, a formação de um regime é um processo por meio do qual novas formas políticas emergem fora do domínio político (Carvalho, 2009).

A abordagem de Frohmann (1995, p.8) destaca o regime de informação como uma rede heterogênea de actantes: “[...] Social relations, however, are not the only elements of the network comprising this régime of information. In the terminology of ANT, all elements of the network, even the nonhuman, are actants, since all exercise some form of agency [...]”, composta de humanos e não humanos, um dos princípios da Teoria Ator-Rede que, segundo o autor, funciona como um importante aporte teórico-metodológico. A contribuição da Teoria Ator-Rede para os regimes de informação gira em torno da potencialidade dessa teoria em reconhecer e analisar fatores reais (sociais e discursivos) envolvidos na construção de redes com acesso à informação relevante e de interesse individual e social, bem como contribuir para o processo decisório nesses contextos.

A construção dos regimes de informação perpassa as análises de Sandra Braman, que deu ênfase à teoria dos regimes, estudo das relações internacionais que desde a sua origem tem dado atenção aos aspectos informais e culturais no desenvolvimento de políticas de gestão governamentais (Braman, 2004). Carvalho (2009) explica que a autora apresentou o conceito de regime global de informação que, motivado pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico, se formou a partir da transformação do valor da informação (pública ou privada), que passou a ser admitida também pelo seu valor econômico, como uma *commodity* (Carvalho, 2009).

Magnani e Pinheiro (2011) descrevem como Braman (2004) apresentou o conceito de regime global de informação com base nos fundamentos do regime internacional da ciência política, no qual discute: a) o foco na relação entre os atores; b) a necessidade de transparência nos fluxos de informação, instrumento importante para a construção de um sistema de governança democrático e uma sociedade civil expressiva; c) o reconhecimento das redes, visto que os instrumentos tradicionais de análise não dão conta dos problemas decorrentes das relações entre Estado e sociedade, mediadas pelas novas tecnologias; e d) o reconhecimento da informação enquanto instrumento de poder (Braman, 2004).

Na aplicação do conceito de regimes de informação como recurso analítico, Braman (2004) sinaliza que é possível identificar o modo de produção de informação dominante ou preferencial, pois: a) podem coexistir mais de um regime de informação quando se articulam ações, meios e recursos de informação em um mesmo contexto; e b) nas ações de informação, de natureza relacional, ocorrem as escolhas prescritivas daquilo que será reconhecido como dispositivo: as instituições, regras, autoridades, meios, recursos,

padrões e arranjos organizacionais em certo contexto, organização ou ordem sociocultural e política (Magnani; Pinheiro, 2011).

Em Braman (2004), um regime de política de informação é uma estrutura teórico-conceitual que molda realidades formais e informais da infraestrutura governamental e de seus sistemas regulatórios visando o “[...] desenvolvimento de um sistema de governança global para criação, processamento, fluxos e uso de informações” (Braman, 2004, p. 29).

Com base nos estudos de Bernd Frohmann e Sandra Braman, a pesquisadora González de Gómez (1999, 2002, 2012, 2019) vem desenvolvendo uma teoria de regimes de informação que acompanha as transformações da sociedade contemporânea e que busca envolver com as complexidades desse cenário, que se modifica constantemente sob influência das inovações trazidas pelo desenvolvimento científico e aperfeiçoamento das tecnologias. Essas, por sua vez, impactam toda a sociedade, pois a velocidade da distribuição da informação molda um estilo de vida típico dessa condição.

Dada a abrangência dos regimes de informação, tornam-se capazes de reunir todos os outros regimes: sociais, econômicos, culturais e políticos das comunidades e também do Estado (González de Gómez, 2003), o que o fortalece como um conceito/modelo propício para refletirmos sobre políticas de gestão da informação nas organizações com base no regime de informação para o qual se pretende empreender (Unger; Freire, 2008). O alinhamento entre regimes de informação, gestão da informação e organizações torna-se possível dada as características das organizações contemporâneas que, de forma independente e autônoma, se instituem responsáveis por formular normas e dar direção aos fluxos de informação geradores de conhecimento (Brasileiro; Freire, 2013).

A clássica definição apresentada por González de Gómez (2002), reformulou a proposição de Frohmann, apresentando regime de informação como:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um regime de informação constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos [...] (González de Gómez, 2002, p. 34).

Em sua trajetória, González de Gómez (1999, 2002, 2003, 2012) propõe um modelo analítico de regimes de informação no qual as redes sociocomunicacionais são constituídas

por quatro elementos: atores, ações de informação, dispositivos e artefatos. Com o desenvolvimento dos estudos, González de Gómez (2012) revisou o escopo do conceito de regimes de informação considerando as análises de Poster (modo de informação), Frohmann (regime de informação) e Braman (regime global de informação) afirmando a necessidade de pensar a informação de forma mais ampla, englobando outras 'zonas epistemológicas' (ciências humanas, ciências sociais, ciências políticas) e permitindo olhar condições informacionais da cultura e da economia que não eram consideradas nos estudos.

A flexibilização do conceito deu ênfase às dinâmicas, em detrimento das estruturas, permitindo associações das ações de informação aos contextos de natureza regulatória e tecnológica que agem sobre os diversos domínios, seja de atividades, agências ou organizações (González de Gómez, 2012). Como resultado dessa ampla revisão também reformulou a noção de regime de informação ficando assim constituída:

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação (González de Gómez, 2012, p. 28).

González de Gómez (2019), no artigo 'Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação', atualiza as discussões sobre o conceito de regime de informação e apresenta alguns deslocamentos práticos e discursivos que ocorreram nos estudos de informação, com foco para as novas formas de poder informacional, representados pelas tecnologias computacionais e redes digitais, e mais recente ainda pela 'plataformização das infraestruturas'. Com isso, os regimes de informação abrangem novas categorias de análise envolvendo tecnologias, interações e princípios normativos que possam dar conta do cenário tomado pela inovação tecnológica (González de Gómez, 2019).

Nesse cenário, compreendemos a viabilidade da interlocução dos regimes de informação com a sociomaterialidade, uma abordagem que valoriza a materialidade como elemento inerente às atividades cotidianas e às complexidades da vida organizacional e que auxilia na compreensão de regimes de informação em sua dinâmica, contínua e emergente (Feldman; Orlikowski, 2011).

3 A SOCIOMATERIALIDADE NO CONTEXTO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E DE INFORMAÇÃO

As transformações sociais, comerciais e tecnológicas decorrentes do capitalismo do fim do século 19, marcadas sobretudo pelo pensamento científico e sistemático do Iluminismo europeu fomentaram novos modos de produção e de organização da sociedade, pautados no ordenamento técnico-científico, na racionalização e no controle gerencial, buscando meios de administração mais eficientes que os métodos de trabalho vigentes, mais próximos à estrutura do seu tempo (Watson, 2005; Motta, 2015).

Nesse cenário desenvolveram-se os estudos organizacionais, estabelecidos mais adiante, na década de 1950 do século 20, com base na teoria dos sistemas, que trouxeram a noção de ‘organizações’ ligadas a unidades delimitadas (Duarte; Alcadipani, 2016). As complexidades do mundo do trabalho conduziram à construção de variados paradigmas sobre as organizações e seus fenômenos no campo da Administração e vinculados, de modo geral, ao pensamento modernista que serviu de base para construir a noção que temos hoje sobre as organizações e seus fenômenos: “[...] um sistema social limitado, com estruturas e objetivos específicos e que atua de forma mais ou menos racional e coerente” (Duarte; Alcadipani, 2016, p. 58).

Em se tratando de abordagens teóricas contemporâneas, os estudos organizacionais têm sido direcionados para uma linha de estudos críticos, com foco no “[...] significado dos fatos e comportamentos que ocorrem no âmbito das práticas organizativas” (Thiollent, 2014, p. 3), afastando-se da habitual tendência racionalista e da caracterização de ‘paradigmas múltiplos’ no ensino da Administração (Watson, 2005). Ocorre, então, um distanciamento da concepção objetiva das organizações, firmadas em análises dicotômicas da realidade (Moura; Bispo, 2021) e, ao mesmo tempo, uma aproximação com lógicas mais relacionais de abordagem e de pesquisa, com foco nos fenômenos da vida cotidiana.

Watson (2005) apresenta duas formas para definir as realidades organizacionais na atualidade: a ‘sistêmico-controladora’ e a ‘processual-relacional’. O autor explica que as organizações coordenadas pelo viés sistêmico-controlador, apesar de serem definidas como um sistema (composto de diferentes elementos, cada um com sua função específica), são como um sistema mecanizado, controladas por gestores que conduzem ao cumprimento de metas organizacionais objetivas e programadas para “[...] converter insumos em produtos finais” (Watson, 2005, p. 15-17).

O modelo processual-relacional, por sua vez, considera as organizações como um fenômeno dinâmico típico das atividades sociais e humanas, construídas pelo encontro entre formas sociais, econômicas, políticas e culturais e considera que os significados nelas produzidos são mais próximos da realidade, pois espelham a sociedade e o Estado. Nesse modelo não existe uma cultura organizacional pré-determinada ou um padrão a ser seguido, visto que as práticas individuais e gerenciais surgem na vivência, permitindo que o indivíduo compreenda o mundo e suas relações por meio da experiência, do diálogo e da negociação com os demais (Watson, 2005). O movimento que enfatiza a natureza processual das organizações foi denominado por Karl E. Weick, no ano de 1979, como *organizing*. Para o autor, faz sentido que as organizações sejam compreendidas enquanto verbos justamente para realçar sua condição ‘contínua e dinâmica’ (Duarte; Alcadipani, 2016). Por isso, distancia-se da compreensão de entidades estáveis e aproxima-se das práticas cotidianas, ressaltando, assim, a complexidade dos processos que se desenvolvem na construção das atividades sociais, que ocorrem sempre relacionando pessoas, organizações e o ambiente social que as cercam (Watson, 2005).

Seguindo a ontologia do *organizing*, a teoria das práticas influenciou os estudos organizacionais de tal maneira que várias teorias seguiram a tendência dos estudos das práticas, definindo uma corrente cujos autores consideram as práticas como “[...] o elemento constitutivo da vida social” (LOSCHER; SPLITTER, 2019, p.2, tradução livre).

Esse movimento ficou conhecido como ‘virada da prática’, interessado especialmente no ‘mundo da vida’, palco dos fenômenos sociais coletivos cotidianos, compreendendo as ações como ‘estruturas simbólicas’ que influenciam a forma como o mundo é interpretado (Reckwitz, 2002) e os agentes como aqueles que (re)produzem ou o (re)constroem o mundo imprimindo nele suas marcas, gestos e mentalidades.

A noção de simetria, na perspectiva científica de Latour e Woolgar (1997), aplicada às práticas organizacionais, funciona para abarcar os processos e microprocessos na construção de fatos e/ou ordenação de realidades específicas. Como ‘base moral’ da obra *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, a noção de simetria auxilia na análise detalhada da produção de ‘verdades’, nas maneiras de compreender e interpretar o mundo ao considerar erros e acertos, vencedores e vencidos do mesmo modo que natureza e sociedade são tomados como equivalentes nas práticas de construção de conhecimentos acerca de uma dada realidade.

Ao afirmarem que os fatos são socialmente construídos, Latour e Woolgar (1997, p. 192) expõem a dificuldade de detectar os traços desse processo que “[...] põe em jogo a

utilização de certos dispositivos [...]” para garantia de uma pretensa estabilização. Assim, são ocultados embates, experiências, trocas e negociações. Em contraponto, o exame detalhado das práticas em contexto contribui, ao menos, em três aspectos: enfrentamento de problemas; ampliação de possibilidades para a tomada de decisões pela gama de conhecimentos produzidos e pela abertura às inovações; além do (re)conhecimento das características de cada organização, considerando os erros e acertos, bem como as associações entre os elementos humanos e não humanos (Latour; Woolgar, 1997). Em outra análise, Latour (2000, p. 357) enfatiza que o

[...] ‘conhecimento’ não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição à ‘ignorância’ ou ‘crença’, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação: como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais outras coisas de volta. Como familiarizar-se com coisas, pessoas e eventos distantes?

No entrelaçamento de domínios políticos, econômicos, sociais e culturais é construído ‘um ciclo de acumulação’, que possibilita a uma organização agir sobre muitos pontos por meio do que foi acumulado e preservado em uma sede de poder para investimentos e reinvestimentos (Latour, 2000). A estabilização de realidades diferenciais como consequência de materialidades móveis, de fácil acesso ou manipulação, permite a criação de permanências. Em Frohmann (2004) essa estabilidade estaria no ato de documentar e, em Latour (2000), nos registros que garantem mobilidade e combinabilidade às realidades. Se os registros não são o mundo, mas servem para representá-lo, “[...] muitas coisas que não podem ser feitas com o mundo podem ser feitas com esse mundo de papel” (Latour, 2000, p. 367).

Nessa perspectiva, tratamos da sociomaterialidade, abordagem que os estudiosos organizacionais reconhecem como “[...] emaranhamento constitutivo do social e do material na vida organizacional cotidiana” (Orlikowski, 2007, p. 1438), pois as práticas sociais são compreendidas também como práticas materiais (Orlikowski, 2007). Assim, o cotidiano permeado de materialidade e a sua intrínseca relação com o social preconiza a realidade organizacional como práticas sociomateriais, sendo a sociomaterialidade o elemento único, homogêneo, indissociável e estrutural dos processos organizativos (Orlikowski, 2007).

A base metodológica da sociomaterialidade é a Teoria Ator-Rede, proveniente da Sociologia da Pesquisa, comumente utilizada como aporte teórico-metodológico em várias áreas científicas, inclusive nos estudos organizacionais e, desde 1995, registra-se também o uso da Teoria Ator-Rede no mapeamento de fenômenos informacionais na Ciência da

Informação (Andrade; Marques, 2021) e aplicações do conceito de simetria para discussão da relação homem-tecnologia.

A assimetria dos elementos em um regime de informação tende a privilegiar o protagonismo dos atores humanos e respectivas ações (Nascimento, 2015) e a compreensão de simetria a partir da TAR permite olhar para os regimes enfatizando a materialidade e a capacidade de ação que imprimem no cotidiano organizacional.

A configuração social que amplia o foco para os objetos recebeu da Teoria Ator-Rede (TAR) o reconhecimento de identidades e de funções próprias, distintas dos componentes materiais, mas com o foco analítico nas associações que eles estabelecem e na composição ou produto das relações entre eles. Ocorre, portanto, o afastamento de abordagens dualistas e de privilégios entre o técnico e o social, pois o enfoque está nos processos dinâmicos e não na hierarquia das relações organizacionais (Latour; Woolgar, 1997).

Na perspectiva da TAR, que vincula o social aos estudos tecnológicos, as associações entre os homens e os objetos são entendidas pela noção de rede, que entrelaça e conecta vários fios em um processo contínuo, não em torno da constituição de uma unidade fixa (Latour, 2012). A noção de social em Latour (2012) estaria, portanto, na dinâmica das reassociações e reagregações para acompanhar as tecnologias em seus usos e nas práticas em um outro mundo, diversificado e multifacetado, não somente em análises que trazem o 'social' como estável ou estagnado.

Para os sociólogos de associações, o fato novo não é a diversidade de objetos que podem ser utilizados na mediação de ações, mas que esses podem estar na “[...] origem da atividade social [...]”, expressando, simbolizando, transportando, objetivando e materializando relações de poder, hierarquias e desigualdades (Latour, 2012, p. 111). Para ilustrar a diferença que os objetos fazem no curso de uma ação, Latour explana (2012, p. 108),

Se você puder, com a maior tranquilidade, sustentar que pregar um prego com ou sem um martelo, [...] zapear a televisão com ou sem o controle remoto, parar um carro com ou sem o freio, fazer um inventário com ou sem uma lista, administrar uma empresa com ou sem a contabilidade são exatamente as mesmas atividades, que a introdução desses implementos comuns não muda nada 'de importante' na realização de tarefas, então você está pronto a visitar a Terra Longínqua do Social e desaparecer daqui. Para todos os membros da sociedade esses implementos fazem muita diferença e são, pois, segundo nossa definição, atores - ou, mais exatamente, partícipes no curso da ação que aguarda figuração.

Conforme Moraes e Rocha-Pinto (2017) afirmam, é improvável que exista uma organização contemporânea que, em algum nível, não dependa de tecnologia, sendo

considerada “[...] parte integrante de toda a organização em todos os tempos, lugares e circunstâncias” (Moraes; Rocha-Pinto, 2017, p. 78). Assim, chamando a atenção para as aplicabilidades que os artefatos oferecem para as organizações, com base na análise de dados, afirmamos que nas ações de informação, o social e o técnico são ontologicamente inseparáveis, definindo formas e espaços materiais.

As aproximações entre os regimes de informação, as organizações e as abordagens da TAR podem ser identificadas pelas redes que conectam humanos e não humanos e pela informação que estabelece a vinculação entre a periferia e o centro por intermédio da circulação de inscrições (Alves; Bezerra, 2019). Outros aspectos a serem considerados são as instituições (sede de poder/dominação), as infraestruturas (artefatos) e os centros de acúmulo e cálculo (canais de comunicação/transformação em conhecimentos) (Alves; Bezerra, 2019).

Essa rede mais ou menos estável, que forma um sistema híbrido aberto para o devir, modifica o ambiente organizacional em que funciona e se modifica por intermédio dos efeitos de informação dada a relação dos actantes humanos com os não humanos, dos sujeitos com os documentos. Entendemos em Frohmann (2004, p. 137, tradução nossa) que “[...] os documentos, portanto, seriam tipos de material temporal e espacialmente situados, com um conjunto de inscrições incorporadas em tipos específicos de práticas culturais”. O autor considera ainda que esses são a materialização de uma maneira localizada de interpretar, produzir e inscrever um saber temporalmente interpretado segundo dadas condições e contingências (Frohmann, 2004).

Ao acompanhar as práticas documentais e de informação no campo do patrimônio em instituições brasileiras, Grigoletto (2009, 2013) identifica, pelos processos de ativação de artefatos em patrimônio, o papel dos documentos, das informações e de todo o percurso para o reconhecimento de valores necessários à garantia da preservação. Nos órgãos preservacionistas por ela analisados, os documentos agem dentro para garantir o cumprimento da atividade-fim dessas instituições: reconhecimento e proteção de patrimônios. Do mesmo modo que agem fora imprimindo valores nos artefatos e performances revelados como patrimônios. Assim, são operacionalizados diferentes regimes de informação (princípios, normas, regras, procedimentos), que geram ações de informação próprias (jurídica, burocrática, social e cultural) por intermédio das muitas funcionalidades da materialidade - em sua força, energia e poder de produzir efeitos no meio social (Frohmann, 2008).

Para ilustrar as práticas com documentos e informações, situamos o funcionamento de organizações de saúde e laboratórios (privados e públicos), por exemplo, durante a atual pandemia da COVID-19 e conforme analisado por Mata, Grigoletto e Lousada (2020). Essas instituições materializam dados e informações no decurso de suas pesquisas, tornando-se centrais de acúmulo e cálculo de conhecimentos. Assim, os conhecimentos materializados em documentos passam a agir internamente no investimento e reinvestimento das pesquisas. Igualmente, agem externamente para o compartilhamento de descobertas com comunidades científicas e demais comunidades, seja para contribuir com outros estudos ou mesmo para orientá-las quanto aos riscos e cuidados necessários à manutenção da saúde. Nessas formas de relações, com regimes de informação e ações de informação específicas, mas coexistentes, estão presentes o princípio da simetria e a dinâmica na construção do saber.

Para Mata, Grigoletto e Lousada (2020, p. 6), nessas instituições que produzem, gerenciam e tem o poder de decidir acerca do compartilhamento das descobertas: “[...] os produtos informativos resultantes do conhecimento científico estabilizam variados elementos que, embora estejam sujeitos a contestação e não legitimação no meio social, possuem um *status* diferencial”. Um *status* que é garantido tanto pelo reconhecimento e validação dos atores humanos (qualificação dos pesquisadores) quanto dos não humanos (artefatos e tecnologias).

Nas práticas cotidianas das organizações e respectivas práticas de informação, os objetos agem, são distribuídos. Enfim, nessas práticas são tecidas as redes de Latour (2012) - entendidas como ferramenta e método - para ordenar as experiências e a sua descrição, uma criação que permite tornar visível os rastros de diferentes atores em ação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo com o objetivo de discutir as possibilidades de articulação entre regimes de informação e a sociomaterialidade nas análises de ambientes organizacionais e informacionais, visto que a proximidade teórica entre as duas abordagens vem sendo paulatinamente analisada no campo da Ciência da Informação (Silva, 2018). Essa articulação foi mediada pela Teoria Ator-Rede e pelo entendimento da noção de simetria em Latour (1994, 2000) na perspectiva dos agenciamentos realizados nas redes que conectam humanos e não humanos, nas dinâmicas dos fluxos de informação e da vida

institucional dos documentos. Pela materialidade, sociomaterialidade e institucionalidades, as ações e regimes de informação, com base em Frohmann (2004, 2008) e González de Gómez (2019), puderam ser analisadas a partir de desdobramentos que produzem em ambientes organizacionais e no meio social.

A análise de regimes de informação no âmbito das organizações dá visibilidade às questões de informação nas dinâmicas e processos organizativos. Nesse sentido, tratamos também de observar, a partir da literatura pesquisada, os objetos e elementos não humanos como atores simetricamente constituintes do ambiente organizacional. Este processo de observação permitiu orquestrar um conjunto de elementos em uma ampla perspectiva para compreensão do fenômeno informação, sob uma abordagem situacional e relacional considerando-se suas múltiplas influências e variações (sociais, políticas, organizacionais) principalmente relacionadas a um conjunto de escolhas preferenciais de atores (humanos e não humanos), dispositivos (conteúdos e institucionalidades), ações (processos) e artefatos (objetos, meios e recursos).

Por meio dos modelos teóricos articulados foi possível demonstrar como nas ações de informação, o social, o técnico, a tecnologia e o político são ontologicamente inseparáveis definindo as formas, a materialidade, a sociomaterialidade e o modo preferencial de produção de informação nos processos organizativos. Dados os diferentes contextos de produção dos modelos, evidenciamos que ambos se aplicam ao campo dos estudos organizacionais para análises de problemáticas relacionadas aos ambientes, às práticas, às relações e aos fluxos de informação em organizações.

Outros aspectos de aproximação entre os respectivos modelos podem ser apontados: o reconhecimento dos agentes constituintes dos processos organizativos, as dificuldades de demarcação de limites ou fronteiras entre humanos e não humanos remetendo à noção de simetria da Teoria Ator-Rede, a observação do ambiente organizacional e informacional considerando os processos organizativos e a “[...] diversidade de elementos ativos nas práticas organizacionais, colocando em cena entidades antes vistas somente como elementos passivos” (Tureta; Alcadipani, 2009, p.63).

As abordagens analisadas permitem a explicitação dos contextos e o reconhecimento de compromissos enunciativos nos processos organizativos, visibilizados nas práticas, reconhecidos por um conjunto de elementos observados na dinâmica, dentre eles, o elemento material ou físico inevitável que compõe a interação como um ator (não

humano) que não pode deixar de ser percebido senão em simetria e como um elemento indispensável às práticas humanas.

O acompanhamento dos rastros, traços e vestígios desses atores (humanos e não humanos) em ação e correlação, como agentes constituintes do processo organizativo, permite refinar as análises, observá-los nos respectivos contextos de ação e atuação e nas próprias práticas. E assim, permite demonstrar como nas ações de informação, o social, o técnico, a tecnologia e o político definem regimes, materialidades e sociomaterialidades em processos organizativos.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. D. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. 20, 2019, Florianópolis. **[Anais...]**. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122938>. Acesso em: 2 dez. 2022.

ANDRADE, E. A. de; MARQUES, R. M. Teoria Ator-Rede (TAR) como alternativa à superação das dualidades presentes nos estudos de comportamento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, e021028, p.1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8664905>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BEZERRA, E. P. *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BEZERRA, E. P. *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245222.60-86>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRAMAN, S. The Emergent Global Information Policy Regime. *In*: BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. Cap.2, p. 12-38.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. de A. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de documentación**, Murcia, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/163711>. Acesso em: 9 jul. 2021.

CARVALHO, A. M. A. de. Novos enfoques no Campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.

especial, p. 213-227, 2009. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/105613>. Acesso em: 9 jul. 2021.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 57-72, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9230763>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/261963134_Theorizing_Practice_and_Practicing_Theory. Acesso em: 25 jul. 2021.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23, 1995, Edmonton. [**Electronic proceedings...**]. 5 p. Disponível em:
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em: 29 ago. 2021.

FROHMANN, B. **Deflating information**: from science to documentation. Toronto: University Press, 2004.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. Ginez de (Org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 13-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro v. 5, n. 2, p. 7-31, jul./dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwwHHyYgw/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 10 dez. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. [**Anais...**]. São Paulo: Ancib, 2008. p. 1-14. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 14 jun. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ações de informação e seus contextos: aportes da pragmática ao campo investigativo da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57788>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GRIGOLETO, M. C. **A documentação patrimonial**: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93665>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GRIGOLETO, M. C. **Documento, poder e governo**: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, Marília, 2013. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/134086>. Acesso em: 7 dez. 2023.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LOSCHER, G.; SPLITTER, V.; SEIDL, D. Theodore Schatzki's practice theory and its implications for organization studies. *In*: CLEGG, Stewart; CUNHA, Miguel Pina e (Edited). **Management, organizations and contemporary social theory**. London: Routledge, 2019. p. 115-134.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MATA, M. L. da; GRIGOLETO, M. C.; LOUSADA, M. Dimensões da competência em informação: reflexões frente aos movimentos de infodemia e desinformação na pandemia da covid-19. **Liinc em revista**, v. 16, n.2, e5340, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5340>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MORAES, E. A. P; ROCHA-PINTO, S. R. da. Uma análise da tecnologia da informação sob a ótica da sociomaterialidade. **Vianna Sapiens: Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, Juiz de Fora**, v. 8, n. 2, p.76-105, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/234>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MOTTA A. C. G. D. Estudos organizacionais frente aos paradigmas contemporâneos. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, v. 1, n. 2, 2015. Acesso em: 28 ago. 2021. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/247>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MOURA, E. O.; BISPO, M. de S. Compreendendo a prática da gestão escolar pela perspectiva da Sociomaterialidade. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 96, p. 135-163, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9606PT>. Acesso em: 28 ago. 2021.

NASCIMENTO, L. A. L. do. **Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper: uma análise sob a noção de regime de informação**. Orientador: Emir José Suaiden. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19757>. Acesso em: 15 out. 2020.

ORLIKOWSKI, W. J. Exploring technology at work. **Organization Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435–1448, 2007.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

SANTOS, L. L. da S.; SILVEIRA, R. A. da. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **O & S**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12721>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SILVA, P. M. A virada sociomaterialista e agência dos não-humanos. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 3, n. 2, p. 70-91, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109292>. Acesso em: 5 dez. 2022.

THIOLLENT, M. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.1, n.1, jan./jul. p. 17-29, jun. 2014. Disponível em: https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/28/pdf_1. Acesso em: 20 ago. 2021.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo.

Cadernos Ebape.br, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-70, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100005>. Acesso em: 28 ago. 2021.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. F. A. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 87–114, 2008. DOI: 10.20396/rdbci.v5i2.2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2014>. Acesso em: 3 nov. 2022.

WATSON, T. J. Organização e trabalho em transição: da lógica “sistêmico-controladora” à lógica “processual-relacional”. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 14-23, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000100003>. Acesso em: 14 jun. 2022.

WILKE, V. C. L.; JARDIM, J. M. Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueo-genealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., 2006, Marília. **[Anais ...]**. Marília, SP: Ancib, 2006. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/177106>. Acesso em: 14 jun. 2021.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Agradecimento aos docentes Letícia Dias Fantinel e César Tureta, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm/UFES).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. Jantorno, L. A. de L. do Nascimento

Coleta de dados: E. Jantorno

Análise de dados: E. Jantorno, L. A. de L. do Nascimento

Discussão dos resultados: E. Jantorno, L. A. de L. do Nascimento, M. C. Grigoletto

Revisão e aprovação: E. Jantorno, L. A. de L. do Nascimento, M. C. Grigoletto

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva, Mayara Madeira Trevisol, Edna Karina da Silva Lira e Luan Soares Silva.

HISTÓRICO

Recebido em: 16-03-2024 – Aprovado em: 11-11-2024 – Publicado em: 29-11-2024

